

Júlia dos Anjos

Universidade Federal do Rio
de Janeiro – UFRJ

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-9024-1267>

Email: julianjos@gmail.com



*Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).*

Copyright (©):

*Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução*

ISSN: 2175-8689

**Luto, precariedade e o
lugar do feminino:
entrevista com Carla Rodrigues**

Grieve, precariousness and
the place of the feminine:
interview with Carla Rodrigues

Luto, precariedad y
el lugar del femenino:
entrevista con Carla Rodrigues

ANJOS, J.; RODRIGUES, C. Luto, precariedade e o lugar do
feminino: entrevista com Carla Rodrigues. Revista Eco-Pós,
v.25, n. 2, p.238-258, 2022. DOI: 10.29146/ecops.v25i2.27978

RESUMO

Na entrevista que se segue, a Professora Carla Rodrigues discorre sobre temas como a politização do luto, a violência dos enquadramentos midiáticos, as diferenças no interior da categoria mulher, o feminicídio estrutural e a violência colonial, entre outras questões. Carla Rodrigues leciona no Departamento de Filosofia da UFRJ e é pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (IFCS/UFRJ). De seu projeto de pesquisa “Judith Butler: do gênero à crítica da violência de estado”, resultou a publicação de “O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero”. Atualmente, como bolsista do CNPq e da Faperj, ela vem se dedicando à busca por uma abordagem filosófica para problemas brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: *Comoção; Luto; Violência; Gênero.*

ABSTRACT

In the interview that follows, Professor Carla Rodrigues discusses topics such as the politicization of grieve, media violence, the differences within the category of women, the structural femicides and the colonial violence, among other issues. Carla Rodrigues teaches at the Department of Philosophy at UFRJ and is a researcher at the Graduate Program in Philosophy (IFCS/UFRJ). Her research project “Judith Butler: from gender to the critique of state violence” resulted in the publication of “O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero”. Currently, as a fellow at CNPq and Faperj, she has been dedicating herself to the search for a philosophical approach to Brazilian problems.

KEYWORDS: *Commotion; Grief; Violence; Gender.*

RESUMEN

En la entrevista que sigue, la Profesora Carla Rodrigues aborda temas como la politización del luto, la violencia mediática, las diferencias en el interior de la categoría mujer, el feminicidio estructural y la violencia colonial, entre otros. Carla Rodrigues integra el Departamento de Filosofía de la UFRJ y es investigadora del Programa de Posgrado en Filosofía (IFCS/UFRJ). Su proyecto de investigación “Judith Butler: del género a la crítica de la violencia de Estado” resultó en la publicación de la obra “O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero”. Actualmente, como becaria del CNPq y de la Faperj, se dedica a la búsqueda de un abordaje filosófico para los problemas brasileños.

PALABRAS CLAVE: *Conmoción; Luto; Violencia; Género.*

Submetido em 25 de Junho de 2022

Aceito em 09 de Setembro de 2022

Introdução

A questão do luto ganha cada vez mais espaço em reflexões e práticas políticas conforme nossa sociedade é interpelada por suas próprias vulnerabilidades. Embora a pandemia de coronavírus tenha sido decisiva nesse sentido, também a realidade da violência estrutural coloca de forma persistente problemas como a precariedade das vidas e a distribuição desigual de comoção pública.

Não muito tempo atrás, porém, o cenário era distinto. A Professora Carla Rodrigues conta que escutou muita rejeição ao tema do luto quando o escolheu como objeto de pesquisa. Essa decisão veio tanto por uma motivação pessoal quanto por seu trabalho na revisão técnica da tradução de *Frames of war*, livro de Judith Butler originalmente lançado em 2009 e editado no Brasil como *Quadros de guerra* em 2015. A familiaridade da Professora com a obra de Butler vinha desde 2003, ano em que chegou ao nosso país outro estudo da autora estadunidense, *Problemas de gênero*. Carla Rodrigues nos conta que a leitura ressoou perguntas que estavam na pauta do feminismo brasileiro dos anos 1990, como uma urgente necessidade de pensar as diferenças internas à categoria mulher. Este foi o ponto de partida para sua pesquisa: o que fazer com o feminismo diante do fim do sujeito e com a crítica ao humanismo? Sua trajetória acadêmica, deste modo, esteve em próxima relação com as reflexões de Judith Butler.

Carla Rodrigues é Professora da cadeira de Ética no Departamento de Filosofia da UFRJ e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (IFCS/UFRJ). Do projeto de pesquisa “Judith Butler: do gênero à crítica da violência de estado” resultou a publicação de “O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero”. Atualmente, como bolsista do CNPq e da Faperj, vem se dedicando a questões relativas à violência colonial, e busca uma abordagem filosófica para problemas brasileiros.

A Professora Carla Rodrigues gentilmente aceitou responder a algumas perguntas sobre temas de interesse para a área da Comunicação, como a politização do luto, a violência dos enquadramentos midiáticos e a violência simbólica. Na entrevista que se segue, ela também discorreu sobre sua aproximação inicial com a obra de Butler, a aclimação destas reflexões à

realidade brasileira, as diferenças no interior da categoria mulher, o feminicídio estrutural e o feminino como abjeto, entre outras questões.

Júlia dos Anjos: na apresentação do livro *O luto entre clínica e política* (Butler, 2021), a senhora assinala que sua leitura inicial de Judith Butler veio ao encontro de inquietações pessoais em relação ao feminismo. Poderia comentar um pouco sobre quais eram esses questionamentos e como foi esse momento de aproximação inicial com a obra de Butler?

Carla Rodrigues: era o início dos anos 2000, eu havia acompanhado, ainda como jornalista, a intensa movimentação feminista dos anos 1990: desde o Planeta Fêmea, instalado no Aterro do Flamengo durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, até a Conferência Mundial contra o Racismo, em Dublin, em 2001, houve uma década de exposições voltadas para temas sobre desigualdade, entre as quais se destacaram Cairo-94 e Beijing-95. Naquele momento, eu trabalhava no Ibase, a organização não-governamental coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza que fazia parte da mobilização pela Eco-92. Tive o privilégio de acompanhar essa década com interlocuções importantes, como a feminista Sonia Corrêa, que representava o Ibase nas conferências; diretoras e bolsistas das fundações MacArthur e Ford, como a Jacira Melo, hoje diretora do Instituto Patrícia Galvão; integrantes da Comissão de Cidadania e Reprodução, ligada ao Cebrap e à época coordenada pela socióloga Maria Teresa Citeli; e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Essas são algumas das interlocuções e experiências importantes que antecedem a leitura do livro *Problemas de gênero* (Butler, 2016).

Só me dediquei ao livro quando ele chega ao Brasil, em 2003, mas naquele momento já se conhecia os ecos e reverberações que a obra havia provocado no feminismo estadunidense desde os anos 1990. Minha questão, digamos, de identificação com uma das primeiras proposições de *Problemas de gênero* é a pergunta que Judith Butler endereça ao feminismo: "é possível pensar em um feminismo que não seja feito apenas em nome do sujeito mulher?". Essa pergunta me toca justamente porque parte da percepção de um paradoxo que ainda orienta o meu trabalho, digamos, como um pano de fundo em tudo que penso, faço e escrevo: porque é primeiro preciso que eu me identifique como mulher para depois poder me libertar dessa categoria? Esse paradoxo vem necessariamente acompanhado de uma questão que eu me coloco

a partir da leitura de Butler: afinal, se ser mulher significa sustentar um conjunto de pressupostos essenciais dos quais eu tenho lutado para me libertar, porque preciso me afirmar como mulher? Essas são perguntas que estavam na pauta do feminismo dos anos 1990, movido pelo combate à desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo no mercado de trabalho, pela dissimetria salarial, pela sobrecarga de trabalho reprodutivo e por uma gritante necessidade de pensar as diferenças internas à categoria mulher.

No caso brasileiro, assim como nos EUA, essa necessidade vinha impulsionada com maior força pelas mulheres negras, mas também pelas mulheres lésbicas. A publicação do livro de Butler no Brasil, no início dos anos 2000, veio acompanhada de uma onda de "fim do feminismo", que já havia sido evocada nos EUA no final dos anos 1990. A ideia – equivocada, claro – de que as mulheres já haviam conquistado tudo pelo que haviam lutado no século XX e que, portanto, isso daria por encerrada as reivindicações feministas era justo o oposto do que *Problemas de gênero* propunha. Ao ampliar o feminismo para além do sujeito mulher, Butler está na verdade deslocando o eixo da sua crítica: em vez de se concentrar, como a segunda onda feminista havia feito até ali, na diferença sexual binária, ela retoma a radicalidade do pensamento de algumas autoras lésbicas que a antecedem, como Gayle Rubin, Monique Wittig, Adrienne Rich e Denise Riley, só para citar as que mais se destacam, para estabelecer como eixo principal de crítica a heteronormatividade. Ora, isso mudou tudo, e ainda está mudando, porque os homens deixam de ser a questão principal e a crítica deixa de ser exclusiva das mulheres. Ou seja, eu já não precisava mais me identificar como mulher, aqui entendido como categoria essencialista, e podia passar a me identificar só como feminista.

Dito de forma breve, foi assim que eu tomei como minha uma pergunta formulada por Butler: "Não parece injusto que logo agora, que as mulheres enfim se tornaram sujeitos, venham os pensamentos pós-modernos e digam que o sujeito acabou?". Esse foi o ponto de partida para a minha pesquisa: o que fazer com o feminismo diante do fim do sujeito e com a crítica ao humanismo? Quem, nós, mulheres? Articulei esses dois temas na minha pesquisa de mestrado, realizada na PUC-Rio, tendo como problema, digamos assim, a guinada pós-estruturalista que *Problemas de gênero* faz no feminismo, e ainda tive a sorte de contar com instigantes provocações de uma antropóloga estruturalista, Maria Luiza Heilborn (IMS/Uerj), com quem tenho pensado

e escrito sobre a pertinência da manutenção do conceito de gênero como ferramenta útil de análise.

Luto, seletividade da comoção e precariedade

JA: Ao comentar o início dos seus estudos sobre o luto, a senhora destacou a rejeição de muitas pessoas diante da escolha desse objeto de pesquisa. Nos dias atuais, é possível perceber uma mudança na recepção e no debate deste tema, ou ainda se mantém um repúdio em relação a ele?

CR: sim, sem dúvida. Quando eu escolhi o luto como objeto de pesquisa, escutei muita rejeição ao tema. Algumas mais ou menos óbvias, de pessoas que consideravam simplesmente que era uma questão muito triste ou melancólica. Outras pessoas fizeram ponderações mais relevantes. Por exemplo, a pergunta se luto era um conceito filosófico ou apenas psicanalítico e que tipo de abordagem política era possível fazer a partir de tal conceito. Eu tive duas motivações para começar: a primeira, uma perda pessoal que me levou a fazer muitas leituras sobre o tema; a segunda, um trabalho de revisão técnica da tradução de *Frames of war*, cujo original é de 2009. Foi editado aqui pela Civilização Brasileira como *Quadros de guerra* (Butler, 2015) em 2015, ano da primeira vinda de Butler ao Brasil. Nesse livro, ela retoma e avança em direção ao tema do luto público, que havia começado a ser discutido depois do 11 de setembro de 2001.

Eu ainda não havia lido *Frames of war* quando fiz a revisão técnica e ali percebi que havia duas questões importantes no modo de abordar o luto como objeto de pesquisa. A primeira, o fato de que ela distingue o investimento em políticas de luto público pelos soldados norte-americanos do luto público pelas outras pessoas mortas, como muçulmanos, islâmicos, palestinos, prisioneiros em geral. Eu fui percebendo que havia uma dificuldade de pensar com ela a nossa distribuição desigual de luto público porque me deparei, no Rio de Janeiro, como movimentos de familiares de policiais militares mortos que reivindicavam reconhecimento e direito ao luto público dos soldados. Tudo se passava como se, uma vez morto, o policial militar deixasse de pertencer à corporação e se tornasse apenas mais uma pessoa morte na guerra ao tráfico de drogas. Esse primeiro aspecto me fez promover uma certa torção no modo de trabalhar

com a filosofia de Butler. E foi importante para mim, porque me exigiu inventar formas de abordar questões brasileiras me valendo do pensamento dela como chave de inteligibilidade para os temas que me interessavam aqui.

Decorre daí um segundo problema teórico que percebi: se até 2009 Butler estava pensando o luto e o direito ao luto, a partir dali ela acrescenta uma camada a mais no seu objeto de pesquisa. Ao recorrer ao termo *frame*, ela vai ao conceito de enquadramento do sociólogo E. Goffman, a fim de pensar não mais apenas quem tem ou não direito ao luto, mas como são enquadrados e enquadráveis aqueles que podem ter direito ao luto. Aparece aí uma novidade, que está na pergunta de subtítulo do livro – *when is life grievable?*, aqui traduzido para "quando a vida é passível de luto?" –, uma forma de ir além do problema do luto público e abarcar, na discussão, a biopolítica e a necropolítica. Não por acaso, é em *Quadros de guerra* que aparece a primeira referência dela à obra de Achille Mbembe, justo porque o tema do luto passa a ser pensado como uma referência para quais vidas serão ou não alvo de políticas públicas de saúde, habitação, educação, saneamento etc. Uma vida é passível de luto desde o seu nascimento, quando requer cuidados e apoios que, ao serem distribuídos diferencialmente, vão produzindo desigualdades desde o início da vida, que será então vivida como não-enlutável. O recurso ao enquadramento permite à filósofa analisar quais são as condições de possibilidade do luto, o que me pareceu desde a primeira leitura muito pertinente ao contexto brasileiro. Tudo isso para dizer que, embora tenha sido motivada por uma perda pessoal, encontrei na autora um caminho para tematizar os modos de segregação da vida social que incluem as mulheres, mas não apenas. Esta é uma outra forma de dizer que ali reencontrei com temas caros ao meu percurso intelectual.

JA: Ao discorrer sobre sua pesquisa e seu envolvimento com o luto público dedicado a Marielle Franco, a senhora nota duas formas pelas quais este luto se manifestou: de um lado, aquele silencioso e pessoal, dos amigos e parentes de Marielle; de outro lado, aquele de manifestantes que não a conheciam, para os quais Marielle se tornou um símbolo, e embasou uma movimentação política – inclusive eleitoral. Se, tradicionalmente, a politização do luto não foi vista como possível ou desejável, isso é ainda mais patente ao se pensar a politização com fins partidários. Como a senhora vê este deslocamento, a partir do caso Marielle?

CR: bem, eu talvez precise começar estabelecendo uma pequena divergência com a forma como os termos da pergunta estão postos: a politização do luto faz parte de uma longa tradição política, muito bem descrita pelo filósofo Giorgio Agamben em *Estado de exceção* (Agamben, 2004), no qual ele dedica um capítulo ao tema do luto e que recupero em outro artigo *A função política do luto por Marielle Franco* (Rodrigues; Vieira, 2020)¹. Dito de forma muito resumida, interessa a Agamben entender o que ele chama de "estranha passagem" do uso do termo *iustitium*, cujo significado era "suspensão do direito" e que, com o tempo, passou a designar "luto público". Ali, ele propõe uma relação entre direito ao luto e estado de exceção ao perceber que, na Roma Antiga, havia dois tipos de luto público, e em ambos podemos identificar elementos políticos: o luto decretado, precedido de uma consulta ao senado romano, e que poderia se dar como homenagem a qualquer cidadã/o, e o luto dedicado, em que um ato legislativo convocava a cidade a dar demonstrações de tristeza pública pelos mortos da família do imperador. Agamben percebe que, ao longo do tempo, tudo se passa como se essa distinção desaparecesse e houvesse no luto público uma mistura entre o decreto e a exceção.

De alguma forma, eu acho que as manifestações de luto pela morte de Marielle Franco poderiam ser entendidas na chave dessa diferença: por um lado, o que vimos nas ruas, na distribuição de placas com seu nome, nas inaugurações de auditórios, locais públicos, estações de metrô, praças etc., foram demonstrações espontâneas, inclusive feitas em sua grande maioria por pessoas que não a conheciam, como mencionado na pergunta, o que significa também a dimensão simbólica dessa morte. Essa seria a prática que os romanos chamavam de luto decretado. Lembro perfeitamente de como a cidade do Rio de Janeiro parou no dia do enterro e nos dias subsequentes, de forma espontânea, sem precisar de atos oficiais. Por outro lado, por ser uma vereadora eleita, ela também recebeu honras fúnebres que não estariam destinadas a qualquer um/a: é o que me parece que também está em jogo na sua pergunta. Quantas mulheres negras já foram assassinadas no Rio de Janeiro e nem por isso tiveram seus corpos velados na Câmara Municipal? O luto público por Marielle de certa forma também vingou a morte de todas essas mulheres mortas que a antecederam e tem ajudado a manter viva a questão sobre que

¹ Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/35003/23120>

forças políticas executaram uma vereadora eleita com 40 mil votos na cidade do Rio de Janeiro. Naquele momento, ultrapassamos uma barreira da violência institucional que nos constitui. Assim como parece que ultrapassamos mais uma barreira no histórico de assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips. No que diz respeito aos usos eleitorais, importante lembrar, houve aspectos muito positivos, como a eleição, em 2020, de um grande número de mulheres negras para as legislaturas estaduais e federais no Rio de Janeiro que se propuseram a dar continuidade ao trabalho da "mandata" Marielle Franco.

JA: A obra de Judith Butler é conhecida por apresentar neologismos interessantes (*survivability*, *grievable*, *livable life*, entre outros), que instigam o pensamento dos leitores e mais ainda dos tradutores dos textos. Mesmo termos com possibilidade de tradução aparentemente simples também suscitam desafios, como é o caso de *affect*, que aparece como "comoção" na tradução para o português. Na qualidade de revisora técnica da edição brasileira de *Frames of war*, a senhora poderia comentar um pouco sobre essa escolha, e sobre o processo de adequação da rica linguagem de Butler à realidade brasileira?

CR: Eu gostaria muito de ter a oportunidade de rever a minha própria revisão técnica de *Quadros de guerra* (Butler, 2015). Isso porque, em 2015, só havia dois livros de Butler editados no Brasil: *Problemas de gênero* (Butler, 2016), hegemônico desde o lançamento, em 2003, e o recém-publicado *O clamor de Antígona* (Butler, 2014), traduzido pela editora da UFSC em 2014 e agora retomado pela Civilização Brasileira sob o título de *A reivindicação de Antígona*. Digo para lembrar que, ao publicar *Quadros de guerra*, não havia um "vocabulário Butler" estabelecido no Brasil. Isso significou fazer escolhas às cegas, no sentido de sem referências anteriores que pudessem nos balizar. A tradução filosófica sempre me pareceu um desafio à parte no difícil mundo da tradução, e não por outra razão tenho me dedicado a essa atividade como um campo de pesquisa. Hoje, depois de ter desenvolvido projeto de tradução com apoio do CNPq, depois de ter refletido muito sobre isso o que Walter Benjamin chamou de "a tarefa do tradutor" e sobretudo após ter me aventurado em estudar teoria da tradução, eu não manteria essa escolha. Traduzir é perder, é de certa forma fazer um trabalho de luto em relação ao original, mas foi só com uma interlocução fundamental com a tradutora Anamaria Skinner (UFRJ) que entendi a importância de, pelo menos na filosofia, fazer uma escolha pelo significante e não pelo sentido.

Affect, nesta linha de trabalho, seria necessariamente afeto ou afecção, dependendo da frase e do contexto. Aos poucos, creio que foi se formando uma fortuna crítica em relação aos termos, noções e conceitos da filosofia de Butler, mas sobretudo me parece fundamental que tenha se percebido que, como professora de Retórica e como pesquisadora que chega ao campo filosófico após a virada linguística, Butler é uma autora que faz filosofia nas palavras, não com as palavras. Há, por exemplo, uma impossibilidade de traduzir, sem perdas, *Bodies that matter*, um título que ao mesmo tempo aponta para pelo menos três direções: *a.* corpos que importam, como na edição da n-1; *b.* corpos como matéria, aqui nos dois sentidos possíveis desse termo – corpos que têm materialidade e que são uma matéria a ser discutida – e corpos que pesam, no sentido escolhido pela tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Quase todos os títulos dos livros de Butler estão carregados desse tipo de polifonia de difícil tradução. Hoje, além de ter feito outras revisões técnicas, tenho a satisfação de ter coordenado duas traduções de livros da Butler em um trabalho coletivo com uma equipe de filólogas/os que realizam pesquisas sobre a obra dela: *Os sentidos do sujeito*, pela Autêntica (2021), *Desfazendo gênero*, pela Unesp (2022) e, nesse momento, estamos começando a trabalhar na tradução, também para a Autêntica, de *What world is this: a pandemic phenomenology*, cujo lançamento nos EUA está previsto para o início de novembro.

Estamos nos constituindo como um coletivo de tradutores/as a fim de operar nessa tarefa de tradução filosófica específica. Também estamos pensando em construir, aos poucos, um "vocabulário Butler" que proponha as nossas traduções para os termos usados pela filósofa, no que eu espero que seja uma forma de contribuir para isso que na sua pergunta você chamou de "processo de adequação da rica linguagem de Butler à nossa realidade brasileira". Acho que nas filosofias escritas em idiomas de origem anglo-saxônica a dificuldade dessa adequação é ainda maior do que quando lidamos com textos em idiomas de origem latina, porque além do desafio dos significantes, temos também que modificar a sintaxe, as estruturas frasais e outros recursos de linguagem. Para alguém que vá traduzir Butler hoje, há uma fortuna crítica de traduções a serem consultadas, comparadas e mesmo contestadas. Essa é uma das riquezas da tradução, sobretudo a filosófica.

JA: Em *Vidas precárias* (Butler, 2019), Butler tematiza a questão da violência do enquadramento, entendida aqui como o mecanismo pelo qual certas vidas e mortes permanecem irrepresentáveis. Ela se preocupa com o fato de que, em muitos casos, há uma recusa ao discurso, que se constitui como uma maneira de desumanização. A senhora acredita que, de outro lado, seria possível identificar, hoje, uma mudança nesse cenário de seletividade da comoção, com uma maior atenção dada pela mídia em geral à violência contra grupos antes absolutamente marginalizados – como refugiados, mulheres vítimas de violência íntima, a população negra e LGBTTQIA+? Quando casos de violência contra membros destes grupos ganham notoriedade, porém, ainda podemos falar de uma tentativa de escolha de vítimas ideais dentro destes grupos. Como pensar a comoção e até mesmo a homenagem que ainda é violenta, porque segue reforçando normas diferenciais do humano?

CR: É uma ótima questão, porque nos permite pensar que o enquadramento está sempre operando em relação a esses grupos de população a que a pergunta se refere. Butler desloca o conceito de enquadramento tal qual pensado por Goffman para propor que é possível "enquadrar o enquadramento", que é um movimento que parece estar presente na sua pergunta. Ou seja, é possível perceber que são enquadradas de modos diferentes a morte de pessoas brancas e pessoas negras, mas também é enquadrada de forma diferente uma pessoa LGBTTQIA+ branca ou negra, um homem gay ou uma mulher trans e por aí vai. Esse é um passo fundamental no pensamento da Butler sobre luto, é quando eu me encontro com essa abordagem do tema que começo a me dedicar a ele, porque entendo que ela produz aí uma chave de inteligibilidade para temas que nos são muito caros: os modos de representação de certas vidas mais humanas do que outras é um traço da nossa herança colonial. Então, a minha resposta: é sim, muitas formas de homenagem são violentas justamente porque, ao sermos convocadas a homenagear as vidas consideradas enlutáveis, nos permitimos perceber que outras vidas são enquadradas como não-enlutáveis e são experimentadas na vida social como perdas naturalizadas. Isso faz com que a notoriedade de poucos exponha a suposta insignificância de muitos. Vejo nessa relação uma das potencialidades do modo como Butler se vale do enquadramento para pensar como aquilo que está fora do quadro participa da constituição do que está dentro do quadro. Os limites entre o dentro e fora passam a ser relacionais, mais um traço, acredito, da importância do modo de fazer filosofia de Jacques Derrida e de um certo pano de fundo pós-estruturalista na filosofia de Butler.

Não por acaso, ela se vale da referência a Derrida e ao debate sobre o *parergon* que o filósofo estabeleceu com Kant, Nietzsche e Heidegger sobre a noção de interesse na arte e a impossibilidade de ignorar a moldura ou, em termos mais gerais, de não ver aquilo que está fora do quadro, como queria Kant na sua proposição a respeito do problema do interesse na arte. Derrida desmonta essa distinção dentro/fora e Butler retorna a isso de modo ainda mais dialético, eu diria. Na medida em que o humano não pode ser enquadrado sem o inumano, que o normal não pode ser enquadrado sem o anormal, o problema do enquadramento se torna mais complexo. Enxergo aí uma possibilidade de sempre retornar aos problemas de gênero, porque ali, quando Butler formula a noção de performatividade de gênero, o que mais me interessa é o modo como ela percebe que a norma depende da sua repetição, o que aponta para o seu caráter relacional. Quase dez anos depois, quando publica *Quadros de guerra*, o tema reaparece na maneira como ela mobiliza o conceito de enquadramento, de novo pensado de forma relacional.

JA: Além de refletir sobre o luto, Butler propõe, também, pensar a precariedade compartilhada do humano. Em tempos marcados pelo imperativo da felicidade e pela busca do “empoderamento”, falar e reconhecer a vulnerabilidade pode ser um desafio. Mesmo em certas correntes de movimentos sociais, há uma rejeição do rótulo de “vítima”. Podemos dizer que o afastamento da ideia de vitimização também está ligado a uma dificuldade em se reconhecer a precariedade compartilhada do humano?

CR: Muito boa essa pergunta. Agradeço por colocá-la. Em grande medida, a crítica da Butler ao individualismo passa por essa convocação ao reconhecimento da precariedade de todo vivente. Com isso, ela propõe a interdependência ética como um modo concreto de combate ao individualismo. Interdependência ética quer dizer que cada vivente reconhece que a sua existência no mundo está condicionada às outras existências, inclusive à existência de um mundo compartilhado e compartilhável, tema que estará em debate no próximo livro dela, *What world is this? A Pandemic Phenomenology* (2022). É interessante perceber que ela começa a falar em precariedade compartilhada do humano a partir de 2009, em *Quadros de guerra*, um livro que eu acredito ser marcado pela crise das hipotecas nos EUA, que varreu os mercados financeiros e potencializou em muito as condições precárias do atual momento do capitalismo. Em 2020, um mês antes de a OMS declarar a pandemia do coronavírus, ela estava lançando, nos EUA, *The force*

of non-violence, posteriormente editado no Brasil como *A força da não-violência* (Butler, 2021). Naquele momento, tudo que ela estava escrevendo se prestava a discutir as consequências globais da pandemia: a necessidade de refazer o vínculo entre a ética e a política, a convocação à solidariedade global e o desejo de imaginar outros mundos possíveis. Esse livro termina com um posfácio justamente sobre vulnerabilidade e seus usos políticos, tema sobre o qual ela já havia falado em palestra no Brasil em 2015.

Ela chama a nossa atenção para os riscos de mobilizarmos as nossas vulnerabilidades para exigir proteção do Estado, o mesmo Estado que, na prática, é origem de produção de muitas dessas vulnerabilidades. Por exemplo, quando feministas exigem proteção do Estado contra o feminicídio, reforçando o lugar das mulheres como vítimas, sem perceber que parte da violência contra as mulheres ocorre autorizada pelo Estado, na omissão dos mecanismos de segurança ou na ausência de políticas de proteção. Parte dessa busca pela felicidade e pelo empoderamento a que você se refere se dá no âmbito do direito individual, uma autofelicidade na qual o sujeito justamente não pode estar em posição de depender de ninguém senão de si mesmo. É um individualismo levado ao seu extremo máximo, contra o qual a Butler acaba por mobilizar um argumento que é ao mesmo tempo óbvio e definitivo: todos vamos morrer. Há uma passagem em *Quadros de guerra* da qual gosto muito, pela sua simplicidade, em que ela escreve algo mais ou menos assim: não existe quantidade de poder ou riqueza que elimine o fato de que todos vamos morrer. Dito de outro modo, sabemos que a vida e a morte estão interseccionalizadas por gênero, raça, classe social, local de nascimento, de moradia e por muitas vezes esquecemos que essas desigualdades profundas que marcam as formas de viver e de morrer não nos salvam de morrer no final. Parece tão óbvio e ao mesmo tempo impressionante que isso precise ser dito.

Centralidade do gênero

JA: Em *O luto entre clínica e política*, a senhora menciona a vinda de Butler ao Brasil em 2017. A queima de uma boneca com a imagem da filósofa invariavelmente remete ao fenômeno de caça às bruxas. Silvia Federici nos ensina como a caça às bruxas foi um movimento organizado e burocratizado, que teve o aval de autoridades religiosas e estatais, com o fim de desestabilizar relações coletivas e eliminar entes inúteis à ordem vigente. Em 2017, Butler foi condenada à fogueira por desestabilizar a noção de gênero e heteronormatividade. Podemos dizer que este

episódio, embora lamentável, demonstra a relevância do conceito de gênero como categoria central na discussão política?

CR: Em primeiro lugar eu gostaria de lembrar que Judith Butler veio ao Brasil a primeira vez em setembro de 2015. Naquele ano, participou de um seminário sobre teoria *queer* organizado pela revista Cult e pelo Sesc na sede do Sesc na Vila Mariana. Na tarde da conferência de Butler, houve um protesto contra a presença dela e reuniu no máximo 15 pessoas, se tanto. O que significa que em outubro de 2017, quase dois anos depois, e a um ano da eleição presidencial, aquela manifestação que queimava uma bruxa já era uma indicação da expansão das forças de extrema-direita e, mais ainda, da sua necessidade de mobilizar a pauta moral. Também é importante lembrar que, quando esteve no Brasil em 2017, Butler era uma das organizadoras de um seminário sobre os fins da democracia, organizado em parceria com a USP. Não havia nenhum debate específico sobre gênero ou teoria *queer*, como queriam fazer parecer os manifestantes. Na conferência que fez na Cátedra Edward Said, na Unifesp, em que abordava a violência do conflito Israel/Palestina, tema do livro *Caminhos divergentes* (Butler, 2017), houve ao final de sua fala um grito de uma senhora: "salvem nossas crianças". Conto esses episódios apenas para ilustrar como a filósofa foi tomada como "bode expiatório" para suprir a necessidade das forças conservadoras de se valer de um pânico moral para arregimentar seguidores. Há um trabalho da pesquisadora Alexia Bretas, apresentado na ANPOF de 2018, que recupera muito bem o clima daquele momento. Tudo isso para dizer que os motivos da vinda de Butler ao Brasil nem sequer estavam de fato ligados ao debate sobre o conceito de gênero ou da sua tão pertinente crítica à heteronormatividade.

Ainda assim, vamos ao ponto da sua pergunta: eu tenho dito em muitos lugares, de forma um tanto provocadora, que na prática o principal objetivo de Butler em *Problema de gênero* é criar problemas ao conceito de gênero e rebaixá-lo como categoria central da crítica feminista. Não é outra coisa que ela está dizendo quando propõe, desde o início do livro, que o feminismo não seja mais feito em nome do sujeito mulher. Então o que me parece que há desde então é um deslocamento do conceito de gênero – ainda preso a um binarismo masculino/feminino – para o de heteronormatividade, esse sim uma categoria central na discussão política na medida em

que funciona como elemento de opressão e segregação a toda forma de vida não enquadrável nas normas de gênero. E, se as normas de gênero não têm fundamento, ou seja, não estão garantidas nem pela natureza nem pela cultura, então o que está ou não conforme a normatividade heterossexual pode sempre se modificar a fim de produzir novos modos de segregação. Butler cita um exemplo que considero interessante: pessoas trans passaram a ter que lutar, nos EUA, para que seus empregadores não tivessem acesso a documentos de identidade anteriores aos apresentados na contratação, já que isso viria a interferir na "passabilidade" dessas pessoas. Esse problema não existia antes da conquista do direito de mudar de nome e de identidade de gênero. A heteronormatividade é, para dizer o mínimo, de imensa plasticidade nas suas formas de discriminação.

JA: Um dos eixos da discussão de *O luto entre clínica e política* são as relações entre a teoria de Simone de Beauvoir e Judith Butler, sobre a constituição do sujeito "mulher". Beauvoir aponta, em *O segundo sexo* (Beauvoir, 1970), que a situação das mulheres se diferencia daquela vivenciada por outros grupos oprimidos, porque historicamente a mulher não se pensou como sujeito, já que sempre foi vista como o segundo sexo, o outro, definida em relação ao homem. Entretanto, podemos associar essa observação à noção de Butler de um diferencial de precariedade: embora as mulheres coletivamente sejam vidas precárias, certas mulheres são mais matáveis do que outras. Podemos dizer que esse também é um dos fatores que torna difícil a identificação de algumas mulheres dentro da categoria mulheres? Ou seja, o diferencial de precariedade entre mulheres, além de criar vidas femininas socialmente mortas, ainda acaba colaborando para a desunião entre mulheres?

CR: Sim, de fato, a primeira coisa que Butler nos faz pensar, mas é preciso sempre lembrar que esse debate já estava posto no campo feminista antes da publicação de *Problemas de gênero*, em 1990, é a respeito das diferenças no interior da categoria mulher, que não pode se pretender unívoca ou estável. Observo que esse tema estava em curso e é anterior porque considero que Butler chega ao tema *por causa* desse debate. A ênfase aqui é em mostrar que, em grande medida, suas reflexões são tributárias dessa discussão, aberta, por um lado, pelas mulheres negras e, por outro lado, pelas mulheres lésbicas, ambos grupos que estão reivindicando diferença dentro da categoria de "mulher". Como já mencionei antes, autoras como Gayle Rubin, Monique Wittig, Adrienne Rich e Denise Riley estavam, pelo menos desde o final dos anos 1960, início dos anos

1970, colocando em xeque a universalidade do conceito de mulher. O mesmo se passa com as teóricas negras: Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hills Collins, para citar apenas as que estão traduzidas no Brasil, faziam esse movimento de interseccionalizar a categoria mulher com marcadores de raça e classe. No Brasil, a marxista Heleieth Safiotti é uma das pioneiras em interseccionalizar mulher e classe e, em seguida, e em interlocução com Angela Davis, Lélia Gonzalez irá aportar o marcador de raça. Observe que estou falando em mulheres, em condição da mulher etc, porque são debates anteriores ao uso do conceito de gênero na teoria feminista. Quando "gênero" chega como marcador de opressão na vida social, já chega acompanhado de raça e classe. Tudo isso para dizer que os conceitos são carregados de história e que suas formulações se dão em fricção entre teoria e práxis. O pensamento de Butler, mas não apenas, é um dos bons exemplos dessa tensão produtiva no campo feminista.

No que diz respeito à precariedade diferencial dentro da categoria mulher, me parece que autoras brasileiras como Lélia, mas também Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e, mais contemporaneamente, Djamila Ribeiro, são referências fundamentais para pensar o racismo no interior da luta das mulheres. Mas se quisermos levar a sério essas diferenças, não acredito que possamos vir a operar com a expectativa de uma unidade completa. Bem ao contrário, apostaria de novo e mais uma vez na proposição de Butler de "alianças contingentes", em que coexistem pautas específicas com a reivindicação de ampliação de direitos. Por exemplo, no que diz respeito à descriminalização do aborto: uma pesquisa recente da Defensoria Pública do Rio de Janeiro mostrou que a grande maioria das mulheres presas por prática de aborto ilegal são negras. No entanto, para o movimento de mulheres negras hoje tem sido muito relevante e necessário reivindicar o direito à maternidade, aqui entendido como necessidade de barrar a violência policial que extermina jovens negros em favelas e periferias. Nós, mulheres brancas, seguimos trabalhando pela descriminalização do aborto, e aqui eu destacaria em especial a iniciativa "Nem presa nem morta", inspirada na bem-sucedida luta argentina do "*Ni una a menos*", mas a mim parece evidente que essa luta só pode ir adiante se for feita em aliança com as mães que perderam seus filhos para a violência policial e que mobilizam o seu direito à maternidade no duro enfrentamento contra o Estado em busca de reparação.

JA: Ao final da discussão sobre a leitura de Beauvoir empreendida por Butler, você apresenta o conceito de feminicídio estrutural, a partir da preocupação com o fato de que todo corpo marcado pelo elemento feminino se torna um corpo matável. A senhora poderia comentar mais sobre suas reflexões acerca desta noção?

CR: É ainda uma hipótese de trabalho, resultado da minha primeira pesquisa com apoio da Faperj, cujo título era "Judith Butler: do gênero à violência de Estado" e da qual o livro *O luto entre clínica e política* é o principal resultado. Nessa trajetória de estudos, o sintagma "violência de Estado" foi sendo refinado melhor por mim. Escutei muitas críticas produtivas de diferentes campos: da antropóloga Adriana Vianna (UFRJ), por exemplo, escutei uma importante questão a respeito da amplitude da categoria Estado; do jurista Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira (UFMG) escutei com muita atenção a observação de que há outras instâncias perpetradoras de violência além do Estado, como empresas, instituições etc. Hoje eu tenho trabalhado com a ideia de "violência colonial" como forma de pensar que a violência presente na nossa vida social é uma constante de atualização das formas de violência que nos fundaram. Ou seja, fomos forjados, como Estado-nação, em práticas violentas de exploração, dominação, escravização e subalternidade, para dizer o mínimo. Nessa violência estrutural, há vidas mais vulneráveis do que outras. As vidas negras arrancadas de seus lugares de origem, os indígenas, expropriados de suas terras, e, pareceria óbvio dizer, a vida das mulheres.

Na hipótese que comecei a desenvolver, a violência estrutural seria contra isso que muitas vezes chamamos de feminino, esse elemento perturbador que constitui o humano, não apenas contra as mulheres. Resolvi levar a sério o termo feminicídio como um significante que se refere ao homicídio do feminino – esteja onde estiver – e não apenas das mulheres. Isso me permite, por exemplo, chamar a violência contra pessoas trans de feminicídio, aqui dirigido contra o feminino que esteja fora do seu suposto lugar natural: por exemplo, numa pessoa que transicionou para mulher e, portanto, estaria expondo uma feminilidade "inadequada"; o mesmo poderia ser dito de uma lésbica, que estaria recusando sua suposta "feminilidade natural". E assim sucessivamente. Então na minha hipótese, há uma violência estrutural no feminicídio baseada na defesa da natureza como fundamento ontológico. Porque se a estrutura da violência que nos constitui é colonizadora, essa empreitada colonial é feita em nome da transformação da

natureza em cultura, da barbárie em civilização. Daí decorre que todo elemento da natureza se transforma em objeto de violação justificada em nome dessa passagem. Então se um homem compreende a mulher como naturalmente votada a servi-lo e atendê-lo, e se essa mulher falha ao cumprir esse destino natural, a violência contra ela já está justificada no próprio comportamento da mulher. No caso das pessoas LGTBTTIAQ+, a mera existência dessas vidas já suscitaria o recurso à violência, por serem vidas que, a priori, só podem existir contrariando a natureza. Aqui é interessante pensar que, no projeto colonial, a natureza pode ser transformada em cultura por quem detém o poder sobre a natureza, mas não pode ser modificada na sua "essência".

JA: Ainda sobre o conceito de feminicídio estrutural, pensando na negação absoluta da mulher, da feminilidade e do feminino que é característica deste fenômeno, a senhora crê que seria possível, a título de reflexão, expandir o conceito de feminicídio para englobar, também, uma aniquilação simbólica – ou seja, difamação, rebaixamento, humilhação, negação de direitos –, não apenas uma violência física, como é usual?

CR: É uma ótima hipótese de trabalho, a ser desenvolvida com grandes possibilidades de se confirmar. Até porque, pensar a violência simbólica nos permitiria também retomar a crítica de Butler ao conceito estruturalista de simbólico, que ela encontra em Lévi-Strauss, mas também em Lacan, como um elemento que não é nem cultural nem social, como alguma coisa que paira, imutável, sobre as nossas vidas. Ora, se quisermos levar a sério esse conceito de simbólico, teremos que considerar o quanto tudo que existe depende de uma inscrição simbólica, na linguagem. Esse tema da existência na linguagem está fortemente presente em *Excitable speech*, um livro de 1997 recém-publicado pela Unesp como *Discursos de ódio* (Butler, 2021). O texto é de uma atualidade marcante, como muito bem observou o pesquisador Victor Galdino na resenha *Fazer fracassar, mais uma vez, melhor* (Galdino, 2021) publicada na Revista Rosa². Se é verdade, e eu acredito que seja, que as palavras têm o poder de ferir, então podemos sim pensar que a aniquilação simbólica de tudo aquilo que representa a mulher, a feminilidade e o feminino pode ser parte do que tenho tentado pensar como feminicídio estrutural. Talvez a grande

² Disponível em: <https://revistarosa.com/4/fazer-fracassar>

dificuldade aqui seja separar o que, no campo do simbólico, exalta características normativas – o que não deixa de ser uma forma de violência, mas de outro tipo – e o que comparece como confirmação do feminino como abjeto. Em co-autoria com a psicanalista Paula Gruman publiquei um artigo (Rodrigues; Gruman, 2021)³ propondo uma continuidade entre o conceito de abjeção e o conceito de não-enlutável na obra da Butler, sendo o primeiro termo abandonado a partir dos anos 2000, mas de fácil identificação como uma continuidade das suas reflexões sobre aquilo que resta de não assimilável no campo do simbólico. Há aqui a hipótese de que a violência simbólica seja uma fonte nutriz para a violência física, aspecto muito interessante de ser explorado. O destino daquilo que só é representável como abjeto torna-se, então, uma vida não-enlutável, no sentido de uma vida não vivível.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Estados de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUTLER, J. *O luto entre clínica e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: editora Unesp, 2021.

BUTLER, J. *A força da não-violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, 189 pp.

BUTLER, J. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288p

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

³ Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8106824>

BUTLER, J. *O Clamor de Antígona: Parentesco entre a Vida e a Morte*. Editora da UFSC, 2014.

GALDINO, V. *Fazer fracassar, mais uma vez, melhor*. Revista Rosa, v. 4, n. 3, 2021.

RODRIGUES, C.; VIEIRA, T. A função política do luto por Marielle Franco. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, v. 6, n. 2, p. 134–150, 2020.

RODRIGUES, C. *O luto entre clínica e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RODRIGUES, C.; GRUMAN, P. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, p. 67-84, 2021.

Júlia dos Anjos - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Professora Substituta na Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Mestre pela mesma Instituição. Bolsista CNPq.
Email: julianjos@gmail.com